



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Actionistas, A CS Infra S.A., em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, bem como notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. São Paulo (SP), em 29 de junho de 2023.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Caixa e equivalentes de caixa	5	—	1	358.012	318.444	Fornecedores	13	113	—	39.209	18.641	
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	—	—	11.527	—	Empréstimos e financiamentos	14	—	—	26.621	22.221	
Contas a receber	7	—	—	362.014	248.423	Debêntures	15	—	—	14.172	709	
Estoques	9	—	—	6.914	6.310	Arrendamentos a pagar por direito de uso	19	—	—	1.746	938	
Tributos a recuperar	—	—	—	3.469	4.737	Obrigações com o poder concedente	20	—	—	20.671	—	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	—	—	—	11.383	—	Obrigações sociais e trabalhistas	21	11	—	5.132	2.894	
Despesas antecipadas	—	—	—	2.405	—	Tributos a recolher	16	1	—	44.692	33.061	
Dividendos a receber	585	—	—	—	—	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	710	—	—	710	—	
Partes relacionadas	19.1	25.604	—	—	—	Adiantamentos de clientes	—	—	—	76	66	
Adiantamentos a terceiros	—	—	—	9.040	—	Partes relacionadas	18.2	—	—	7.284	7.196	
Outros créditos	—	—	—	521	13.738	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	18.1	119.816	—	119.816	—	
		26.189	—	1	765.285	591.652	Outras contas a pagar	—	—	—	19.710	—
								120.651	—	—	299.839	85.726
Não circulante												
Realizável a longo prazo												
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	—	—	7.543	8.694	Empréstimos e financiamentos	14	—	—	469.914	150.443	
Contas a receber	7	—	—	22.705	4.809	Debêntures	15	—	—	517.341	415.990	
Depósitos judiciais	22	—	—	3.381	525	Arrendamentos a pagar por direito de uso	19	—	—	3.024	4.116	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.3	—	—	20.591	18.298	Obrigações com o poder concedente	20	—	—	440.963	—	
Crédito de carbono	8	—	—	1.900	1.900	Instrumentos financeiros derivativos	—	—	—	33.239	6.499	
Investimentos	10	278.972	110.593	—	56.120	Provisão para demandas judiciais e administrativas	22	—	—	326	1.722	
Imobilizado	11	—	—	513.069	471.727	Partes relacionadas	18	—	—	—	302.550	
Intangível	12	—	—	635.810	87.059	Aterro sanitário - custo de encerramento	17	—	—	9.693	105.024	
		278.972	110.593	—	1.204.999	Outras contas a pagar	—	—	—	2.000	2.000	
								120.651	—	—	1.476.500	988.344
									—	—	1.776.339	1.074.070
Total do ativo		305.161	110.594	1.970.284	1.184.664							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Total do ativo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Receita líquida de prestação de serviços	Nota	Controladora		Consolidado		Lucro antes das despesas e receitas financeiras	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo de venda, locação e prestação de serviços	26	—	—	401.145	367.127	72.452	72.452	57.125	79.845	92.814	92.814
Lucro bruto	27	—	—	(279.667)	(207.348)	(60.346)	(60.346)	—	—	—	—
Despesas comerciais	27	—	—	—	(42)	—	—	—	—	35.423	30.768
Despesas administrativas	27	(6.641)	(6.733)	(24.016)	(25.593)	—	—	—	—	3.886	1.927
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	247	3.512	3.232	5.689	—	—	—	—	—	5.728
Resultado de equivalência patrimonial	10.2	78.846	60.346	—	—	6.514	6.514	6.733	6.733	—	—
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		72.452	57.125	100.652	139.875	120.651	120.651	110.594	110.594	184.510	110.594
Receitas financeiras	28	—	—	137.645	18.136	—	—	—	—	9.435	—
Despesas financeiras	28	—	—	(158.453)	(65.197)	—	—	—	—	—	—
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		72.452	57.125	79.844	92.814	184.510	184.510	110.594	110.594	184.510	110.594
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22.1	—	—	(4.454)	(19.971)	—	—	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22.1	2.174	1.095	(765)	(14.623)	—	—	—	—	—	—
Total do imposto de renda e da contribuição social		2.174	1.095	(5.219)	(34.594)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício		74.626	58.220	74.626	58.220	120.651	120.651	110.594	110.594	184.510	110.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado		Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultado abrangente do exercício		74.626	58.220	74.626	58.220	—	—	—	—	—	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMON

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS INFRA S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Contrato de Concessão - ATU 12 e ATU 18: O Porto de Aratu-Candeias está localizado na enseada de Cabotó, próximo à entrada do Canal Cotelope, região nordeste da Baía de Todos os Santos, no município de Candeias - BA (cerca de 50 km de Salvador). O porto abrange e influencia toda a região dos Estados de Sergipe, Alagoas, região oeste de Pernambuco e leste de Minas Gerais. Sua estrutura conta com quatro terminais para a movimentação de granéis sólidos, produtos líquidos e gasosos. Isso permite que o Porto de Aratu-Candeias opere com grande variedade de produtos, entre eles: minérios de ferro, manganes e cobre, ureia, fertilizantes, nafta, propeno e concentrado de cobre. Com um prazo de 25 e 15 anos para ATU 12 e ATU 18, respectivamente, a receita é mensurada com base em contratos firmados diretamente com clientes privados, quando da efetiva prestação das atividades pela sociedade, para atividades relacionadas a fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganes, coque de petróleo e magnesita. Os preços, ou preços-teto, para as atividades relacionadas a fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganes e coque de petróleo têm por finalidade remunerar todas as atividades necessárias e suficientes para atração e expedições terrestre, armazenagem pelo período mínimo de 20 (vinte) dias, movimentação no armazém e transferência de desembarque dos navios, e inclui as seguintes subatividades: • Atividades de preparação para início da operação e término da operação a cargo do operador portuário; • Expedição terrestre das atividades pelo dono da carga; • Utilização do sistema de correias transportadoras; • Desembarque da carga (a partir do navio); • Atracação; • Armazenagem da carga por período mínimo de 20 (vinte) dias; • Atendimento a eventuais solicitações de Autoridades para inspeção da carga; e • Movimentação interna da carga realizada por iniciativa do operador ou motivada por Autoridades durante o período de armazenagem. Os preços, ou preços-teto, para as atividades relacionadas a magnesita têm por finalidade remunerar todas as atividades necessárias e suficientes para atração e embarque dos navios, e inclui as seguintes subatividades: • Atividades de preparação para início da operação e término da operação a cargo do operador portuário; • Atracação; • Conferência de documentos e processamento de informações na saída do Arrendamento; • Utilização do sistema de correias transportadoras; • Embarque da carga; e • Atendimento a eventuais solicitações de autoridades para inspeção da carga. **Companhia Municipal de Limpeza Urbana - Comlurb:** O Grupo CS Infra, através de sua controlada Ciclus, opera contrato de prestação de serviços com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), firmado em 21 de agosto de 2003, com vigência de 180 meses, a contar da data da emissão da licença de operação, em abril de 2011. A operação inclui a construção do CTR-Rio no município de Seropédica, composto por três células de aterro sanitário (AS1, AS2 e AS3). A primeira célula entrou em operação em abril de 2011, quando foi emitida a licença de operação. Em 19 de agosto de 2019, a Ciclus, na qualidade de concessionária do serviço de gestão do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Rio de Janeiro, apresentou à Comlurb pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de prestação de serviços. Em 29 de outubro de 2020, foi firmado o termo aditivo ao contrato de prestação de serviços por meio do qual o valor mensal da remuneração decorrente do Contrato de Concessão passou a ser de R\$ 29.912 mil e houve a extensão do prazo de vigência do Contrato de Concessão em 10 anos, de modo que ele vigorará até 18 de abril de 2036. Atualmente, o empreendimento tem capacidade para receber resíduos industriais não perigosos e resíduos sólidos urbanos por mais 20 anos, em consonância com o prazo total do contrato. O contrato de prestação de serviços com a Comlurb poderá ser rescindido nos casos previstos nas leis federais 8666/93, 8987/95 e suas alterações. A Companhia possui seguro que garante a indenização à Concessionária dos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas no contrato e seus aditivos, que tem por objeto a concessão dos serviços de implantação e operação do centro de tratamento de resíduos sólidos urbanos do Município do Rio de Janeiro. **Demais contratos com prefeituras:** Adicionalmente ao contrato firmado com a Comlurb, a Companhia mantém contratos para recebimento, aterro e tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos municípios de Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, São João de Meriti, Miguel Pereira e Piraí, além de contratos privados mantidos com indústrias da região do polo industrial de Santa Cruz. Abaixo foram listadas as principais informações dos demais contratos de prestação de serviços que a Companhia mantinha com outras prefeituras em 31 de dezembro de 2022:

Cliente	Ínicio do Contrato	Vigência	Valor	Reajuste	Serviço
Prefeitura Municipal de Mangaratiba	30/04/2020	30/04/2020 a 30/04/2023	Variável	Dotação Orçamentária - Lei 8.666/93	Tratamento e Destinação de Resíduos
IR Novatec (Pref. Miguel Pereira e Piraí)	29/09/2015	Indeterminado	Variável	Anual - IGPM-FGV	Tratamento e Destinação de Resíduos
Prefeitura de Itaguaí	01/06/2020 a 19/12/2023	Variável	Dotação Orçamentária - Lei 8.666/93	Tratamento e Destinação de Resíduos	

A Ciclus possui um alto nível de interações com órgãos públicos, tendo em vista a natureza dos serviços prestados de gestão integrada de resíduos sólidos perante entes municipais. A interação com agentes públicos ocorre especialmente no âmbito do acompanhamento dos contratos, na obtenção de licenças e permissões, bem como no contexto de fiscalizações. **Biogás:** A Ciclus tem projetos de aproveitamento energético de biogás gerado pelo aterro e tratamento dos resíduos, registrados na *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), que é um subprojeto do Programa de Atividades da Caixa Econômica Federal (Nota 7). Como parte do aproveitamento energético de biogás, estão previstos a geração e comercialização de energia elétrica a partir de 2023 e a ampliação da comercialização do biogás como combustível. Se houver excedente do biogás gerado no aterro sanitário do CTR-Rio, é realizado a queima em flare (sistema de segurança das tubulações). Em todos os casos, serão gerados créditos de carbono. Estima-se a geração de biogás até 2064. A Ciclus mantém contrato de comercialização até março de 2027, com uma quantidade mínima contratada de 16 mil Nm³ por hora. No ano de 2022, o valor da receita oriunda desse negócio foi de R\$ 60.105 (R\$ 47.116 em 2021).

Cliente	Ínicio do Contrato	Vigência	Valor	Reajuste	Serviço
Gás Verde	03/2017	03/2017 a 03/2027	Variável	Anual - IGPM	Venda de gás bioquímico

1.5. Concentração de receita e liquidez financeira: O contrato mantido com a Comlurb, mencionado na nota explicativa nº 1.2, representa aproximadamente 84% da receita total do Grupo CS Infra. O plano de negócios do Grupo CS Infra considera a diversificação das suas receitas e elevação dos seus resultados. Esse plano inclui a comercialização de subprodutos gerados pela unidade de tratamento de resíduos, tais como a comercialização de água de reuso; tratamento de esgoto e a geração de energia. Adicionalmente, o Grupo CS Infra conta com o suporte financeiro de sua Controladora, quando necessário, para equalizar seu fluxo de caixa. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas assumindo que o Grupo CS Infra terá continuidade normal das operações. **1.6. Situação da COVID-19:** A Companhia continua monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores. **1.7. Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia:** A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. Em consequência das tensões causadas pelo conflito, a administração está acompanhando os impactos nos custos causados pela alta no preço do diesel, que apesar dos repasses de preços aos clientes, levaram a um aumento nos custos com agregados e terceiros e nos custos de combustível e lubrificantes. **1.8. Sustentabilidade e meio ambiente:** A gestão do Grupo Simpar promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos: • regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumenta o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas; • tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudesse impactar na atual base operacional do grupo; • de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e • reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono. **Mudanças climáticas:** Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo Simpar considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Sociedade é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo. Nesse sentido, em 2022, medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do *GHG Protocol*. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor. Em 2022, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento "Empresários pelo Clima" e nos comprometendo com metas de redução das emissões de *GEE* no Brasil. Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhando a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observarmos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais. **Gestão de recursos naturais:** O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Sociedade, certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores. Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de reciclagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de rerefino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Ainda em 2021, iniciamos um teste piloto com o software voltado à gestão de resíduos em 57 unidades piloto do Grupo Simpar, objetivando o aumento de nosso desempenho na tratativa do tema.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC): Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram autorizadas para emissão pela diretoria do Grupo CS Infra em 31 de maio de 2023. **2.2. Base de mensuração:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com o apoio em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas em sua preparação, são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, considerando o julgamento da Administração e com apoio dos seus consultores externos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, bem como provisão para custos futuros de encerramento do aterro sanitário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo CS Infra revisa suas estimativas e premissas anualmente. A Companhia foi constituída no contexto da reorganização societária referente à unidade de negócios de concessionárias da Simpar S.A. que atuam no segmento de serviços de tratamentos de resíduos a órgãos públicos. A reestruturação ocorreu entre empresas sob controle comum, e por isso, não foi aplicada a norma CPC 15 - Combinacão de Negócios, sendo os ativos e passivos incorporados pelos seus respectivos saldos contábeis de livros. Desse modo, não foi aloçado nenhum ajuste aos valores justos dos ativos e passivos assumidos, e nenhum ágio está sendo apresentado. Considerando que as transações entre empresas sob controle comum, as quais compreendem a reorganização do capital, ainda não foram abordadas especificamente pelos CPCs conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração pode também considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usem uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no parágrafo 11 do CPC 23. Nesse contexto, como a JSP Holding S.A., controladora final da Ciclus Ambiental do Brasil S.A., mantém sua participação nas empresas, antes e depois da Contribuição de Ações, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil que representa melhor a transação ocorrida e fornece ao investidor uma informação de maior relevância, onde as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas considerando os registros contábeis históricos das empresas existentes (JSP Holding S.A. e Ciclus Ambiental do Brasil S.A.) e das empresas adquiridas no exercício, conforme nota explicativa 1.1, e que refletem a substância econômica das operações consolidadas da Companhia como se ela já existisse desde o início dos períodos apresentados. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021, consideram as informações financeiras da Ciclus Ambiental do Brasil S.A., representando as operações existentes e correspondentes, a qual foram posteriormente integralizadas na Companhia em 31 de dezembro de 2021 (Nota 1.2). A apresentação dos efeitos contábeis da adoção da Contribuição de Ações nos períodos anteriores a 31 de dezembro de 2021 não altera os atos e fatos societários ocorridos até 31 de dezembro de 2021. As informações contábeis até esta data têm finalidade de fornecer aos usuários destas demonstrações contábeis bases comparativas com as informações contábeis históricas a partir de 31 de dezembro de 2021. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.19. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo CS Infra. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma. **2.4. Mensuração de valor:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para sua mensuração. **2.5. Base de consolidação e combinação:** **2.5.1. Combinacão de negócios sob controle comum:** Combinacões de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório. A Companhia optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos. **2.5.2. Controlada:** A CS Infra controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de

existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **2.5.3. Investimento em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** O investimento da CS Infra em entidade controlada pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação na entidade. O investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da CS Infra no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle. **2.5.4. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investida registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir: **3.1. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desse ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios e/ou períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo CS Infra considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira da conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.3. Contas a receber:** Os recebíveis são mensurados inicialmente pelo direito do Grupo CS Infra a um valor de contraprestação incondicional da prestação de serviços ocorrida ao longo de tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido. **3.4. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques. **3.5. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico da aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo CS Infra. Gastos de manutenção e reparos recurrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. A depreciação das células, unidades do sistema de drenagem do aterro sanitário, é feita com base em critério baseado em unidade depositada. Víde maiores detalhes na nota 10 "Imobilizado". Para os demais itens do ativo imobilizado, a depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para adiantamento a fornecedores). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final do balanço patrimonial e o efeito das quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Quantidade em anos

Máquinas e equipamentos	10

<tbl_r cells="2"

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS INFRA S.A.
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

o valor mensal da receita. As receitas são reconhecidas apenas quando da efetivação do recebimento financeiro. O processo de auditoria e validação dos créditos gerados para emissão das Reduções Certificadas de Emissões ("RCE") é efetuado por empresas credenciadas pela UNFCCC. A validação da receita oriunda do crédito de carbono ocorre após o recebimento do "Certificado RCE", emitido pelo agente verificador da UNFCCC. **3.10.5. Receita de construção:** Pelos termos dos contratos de concessão, a Sociedade será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os parâmetros requisitados em contrato. Conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporciona futuras receitas são registradas pela Sociedade em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens e serviços. Quando a Companhia presta serviços de construção, reconhece a receita da construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado, e, dessa forma, apura a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização de serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento de obra. A Administração da Sociedade entende que os custos só existem em função das obras de construção e reforma, os quais são contratados a valor de mercado. Com base neste cenário, a Companhia estima ter margem de lucro igual a zero pelos serviços de construção, pelo fato de que são contratados a valor de mercado. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, sendo que as receitas estão registradas ao valor justo. **3.11. Impostos e contribuições:** **3.11.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados, quando aplicável, com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. **3.11.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, apresentados no ativo não circulante e são calculados com base em alíquotas estabelecidas nos termos da legislação vigente. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro, ou por outras formas de realização legal. **3.11.3 Imposto sobre vendas:** As receitas de prestação de produtos e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS), alíquota de 1,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), alíquota de 7,6%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), alíquota média de 20%. Incide somente sobre as vendas de biogás; • Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), alíquota de 5%. **3.12. Classificação circulante e não circulante:** O Grupo CS Infra apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se realizá-lo ou pretende-se vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após a data-base das demonstrações financeiras; • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições para sua troca ou o valor seja utilizado para liquidar um passivo, pelo menos, 12 meses após a data-base das demonstrações financeiras. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • É mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após a data das demonstrações financeiras; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base das demonstrações financeiras. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). **3.14. Empréstimos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida de acordo com o método da taxa efetiva de juros na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável (aquele que demanda um período substancial para ficar pronto para o uso ou venda pretendidos) são capitalizados como parte do custo do ativo quando há probabilidade de que resultem em benefícios econômicos futuros para a entidade e quando tais custos podem ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.15. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial, mensuração subsequente e gerenciamento de riscos:** **3.15.1. Ativos financeiros:** a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo CS Infra se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. b) **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo contra Outros Resultados Abrangentes (VJORA); ou ao Valor Justo contra Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo CS Infra mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo CS Infra pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. No exercício findo em dezembro de 2022, o Grupo CS Infra não possui ativos financeiros mensurados à VJORA. c) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** O Grupo CS Infra reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo CS Infra espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo CS Infra aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo CS Infra não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo CS Infra considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em alguns casos também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável recebimento integral dos valores contratuais aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo CS Infra. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **3.15.2. Passivos financeiros:** a) **Classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de acordo com o método de juros efetivos. A despesa de juros, os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. O Grupo CS Infra desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo CS Infra também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. b) **Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge:** O Grupo CS Infra contrata instrumentos financeiros derivativos não especiais para proteção da sua exposição à variação de índices e taxas de juros de mercados decorrentes das dívidas, com o objetivo de não ficar exposto à variação do valor justo deste instrumento financeiro. Adicionalmente o Grupo CS Infra optou pela contabilidade de hedge (hedge accounting), evitando assim o descasamento contábil na mensuração destes instrumentos. No início das relações de hedge designadas, a Círculo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo CS Infra também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo CS Infra, incluindo se houver expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. c) **Hedge de valor justo:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de valor justo, as variações do seu valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, assim como essas variações também são contabilizadas no item protegido em contrapartida o resultado do exercício. d) **Monitoramento de efetividade:** A efetividade da relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge é avaliada na data da designação considerando os aspectos qualitativos dos instrumentos e quantitativos quando necessário. Geralmente o Grupo CS Infra contrata instrumentos derivativos de hedge com valores de principal, bem como quantidades iguais aos do objeto de hedge, gerando assim os índices de hedge na relação de 1:1. É utilizado um método que captura as características relevantes da relação de proteção, que inclui as fontes de inefetividade de hedge. Dependendo desses fatores, o método de avaliação é qualitativo ou quantitativo. Desta forma, para manter níveis básicos de monitoramento, são observados: • O termo de designação evidenciado o índice de relação de proteção entre o(s) item(s) objeto e o(s) instrumento(s) de hedge respectivo(s); • O termo de designação descrevendo o método a ser utilizado para medir a relação de proteção prospectivamente; • Mensalmente são mensurados os itens protegidos e os itens de hedge para contabilização; e • Trimestralmente, será avaliada se há inefetividade a ser reportada e reconhecida. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.16. Mensuração do valor justo:** A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros está demonstrada a seguir:

3.17. Gerenciamento de riscos financeiros: Fatores de risco financeiro: O Grupo CS Infra tem uma política de gerenciamento de riscos, aplicável a todo Grupo Simpar, incluindo o Grupo CS Infra, através de acompanhamento e gestão financeira do caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, dívidas e demais instrumentos financeiros, disponibilizando análises e orientações para aprovação da Administração. Conforme política interna, o resultado financeiro do Grupo CS Infra deve ser oriundo da geração de caixa operacional e não de ganhos no mercado financeiro. Os resultados obtidos pela aplicação dos controles internos para o gerenciamento dos riscos foram satisfatórios para os objetivos propostos. a) **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo CS Infra está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. b) **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: taxa de juros e cambial. O Grupo CS Infra não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Os instrumentos financeiros do Grupo CS Infra afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e financiamentos. Tais instrumentos estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros e de variação cambial. (i) **Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo CS Infra ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como a obrigações com empréstimos e financiamentos, sujeitas a taxas de juros. (ii) **Risco de variação de taxa de câmbio:** O Grupo CS Infra está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional do Grupo CS Infra. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais do Grupo CS Infra, principalmente em reais, mas também em dólares norte-americanos ("dólares"). c) **Risco de liquidez:** O Grupo CS Infra monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo CS Infra é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, além de ter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários e capacidade para tomar recursos a fim de garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento monitorado para prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, que concentra a parte substancial dos riscos relacionados a liquidez:

Ativos ao valor justo por meio do resultado					Consolidado
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		31/12/2022			31/12/2021
Nível 1	Nível 2	Total	Nível 2	Total	
CDB - Certificado de depósitos bancários	—	—	8.694	8.694	
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	4.4996	4.4996	4.499	4.499	
LTN - Letras do Tesouro Nacional	14.074	14.074	—	—	
	19.925	19.925	8.694	8.694	8.694

Passivos ao valor justo por meio do resultado					Consolidado
Instrumentos financeiros derivativos		31/12/2022			31/12/2021
Swap	—	33.239	33.239	6.499	6.499
	33.239	33.239	6.499	6.499	6.499

3.17. Gerenciamento de riscos financeiros: Fatores de risco financeiro: O Grupo CS Infra tem uma política de gerenciamento de riscos, aplicável a todo Grupo Simpar, incluindo o Grupo CS Infra, através de acompanhamento e gestão financeira do caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, dívidas e demais instrumentos financeiros, disponibilizando análises e orientações para aprovação da Administração. Conforme política interna, o resultado financeiro do Grupo CS Infra deve ser oriundo da geração de caixa operacional e não de ganhos no mercado financeiro. Os resultados obtidos pela aplicação dos controles internos para o gerenciamento dos riscos foram satisfatórios para os objetivos propostos. a) **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo CS Infra está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. b) **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: taxa de juros e cambial. O Grupo CS Infra não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Os instrumentos financeiros do Grupo CS Infra afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e financiamentos. Tais instrumentos estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros e de variação cambial. (i) **Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo CS Infra ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como a obrigações com empréstimos e financiamentos, sujeitas a taxas de juros. (ii) **Risco de variação de taxa de câmbio:** O Grupo CS Infra está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional do Grupo CS Infra. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais do Grupo CS Infra, principalmente em reais, mas também em dólares norte-americanos ("dólares"). c) **Risco de liquidez:** O Grupo CS Infra monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo CS Infra é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, além de ter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários e capacidade para tomar recursos a fim de garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento monitorado para prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, que concentra a parte substancial dos riscos relacionados a liquidez:

Ativos financeiros					Cons
--------------------	--	--	--	--	------

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS INFRA S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	
Cientes	172.984	167.684	
Partes relacionadas	—	4.365	
Recebíveis a faturar	193.481	89.532	
Outras contas a receber	29.262	—	
(—) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(11.008)	(8.349)	
Total	384.719	253.232	
Circulante	362.014	248.423	
Não circulante	22.705	4.809	
Total	384.719	253.232	

Do saldo de clientes no montante de R\$ 172.984, R\$ 150.259 se refere ao cliente Comlurb, do contrato de concessão com a controlada Ciclus. Este valor contempla: (i) montante de R\$ 48.721 que está em aberto relativo a faturas anteriores ao aditivo contratual e reajustes regulares contratuais e encontra-se em atraso por questões orçamentárias da Comlurb e do Município do Rio de Janeiro. As questões orçamentárias serão resolvidas com a realocação de rubricas orçamentárias, processo natural na Administração pública (essa parcela está incorporada no item 7.1 abaixo); e; (ii) reajustes e reequilíbrio no valor de R\$ 101.538 faturados de acordo com aditivo ao contrato de concessão, firmado em 9 de novembro de 2020. Esse aditivo incorporou reajuste da contraprestação fixa mensal para manutenção do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, reajuste monetário contratual, e estendeu o prazo do contrato até abril de 2036. Do saldo de recebíveis a faturar de R\$ 193.481, referente às prestações de serviços realizados e para as quais não houve emissão de nota fiscal até 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 191.373 é referente ao cliente Comlurb, é composto de: (i) R\$ 24.260 de receitas a faturar de dezembro de 2022 que estão dentro do vencimento; (ii) R\$ 12.568 de reajuste a faturar do ano de 2020 que ainda não foram liquidados por questões orçamentárias da Comlurb; (iii) R\$ 131.215 de reequilíbrio que permanece sob análise da Comlurb e R\$ 23.330 de juros incidentes sob as faturas em atraso. O processo de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro durou aproximadamente dois anos, passou pelas aprovações da Comlurb, Controladoria do Município, Procuradoria do Município, Secretaria da Fazenda e Poder Executivo. A sua aprovação foi devidamente publicada no Diário Oficial do Município. Houve reunião oficial no dia 11 de agosto de 2022 e foi firmado o seguinte acordo de pagamento para os reajustes: a) Parcelamento (em 12 meses) dos reajustes atrasados de 2021 e 2022, ficando o residual de R\$ 15.586 de 2020 (que considera R\$ 3.018 já faturado e R\$ 12.568 a faturar) que será cobrado judicialmente. Cabe mencionar que o parcelamento dos reajustes atrasados de 2021 e 2022 foi integralmente quitado pela Comlurb em 20 de janeiro de 2023 (Nota 28). b) A partir de setembro de 2022 as faturas reajustadas estão sendo pagas mensalmente no seu vencimento; Em 20 de setembro de 2022, o respectivo aditivo contratual foi publicado e assinado, e a Comlurb quitou todos os pagamentos em 20 janeiro de 2023. A Ciclus obteve decisão favorável no dia 22 de novembro de 2022, do TCM e está em fase de revisão dos cálculos. Não há histórico de não recebimento da Comlurb, por isso a Administração entende que os saldos em atraso serão integralmente recebidos, incluindo os juros.

7.1. Aging List:

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	
Contas a receber esperadas	% receber líquido	Contas a receber esperadas	% receber líquido
227.942	— 0,00%	227.942	94.763
Vencidos até 30 dias	— 0,00%	3.916	— 0,00%
Vencidos de 31 a 90 dias	5.221 (2.659) 92,97%	2.562	12.270
Vencidos de 91 a 180 dias	— 0,00%	4.467	25.252
Vencidos de 181 a 365 dias	14.932 — 0,00%	14.932	76.223
Vencidos acima de 365 dias	139.249 (8.349) 6,00%	130.900	53.073 (8.349) 15,73%
Total vencidos	167.785 (11.008) 6,67%	156.777	166.818 (8.349) 5,00%
Total	395.727 (11.008) 2,78%	384.719	261.581 (8.349) 3,25%
			253.232

10.2. Movimentação do investimento: A movimentação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	31/12/2020		
	Apropriação mais-valia	Equivalência Patrimonial	
Contas a receber esperadas	% receber líquido	Contas a receber esperadas	% receber líquido
227.942	— 0,00%	227.942	94.763
Vencidos até 30 dias	— 0,00%	3.916	— 0,00%
Vencidos de 31 a 90 dias	5.221 (2.659) 92,97%	2.562	12.270
Vencidos de 91 a 180 dias	— 0,00%	4.467	25.252
Vencidos de 181 a 365 dias	14.932 — 0,00%	14.932	76.223
Vencidos acima de 365 dias	139.249 (8.349) 6,00%	130.900	53.073 (8.349) 15,73%
Total vencidos	167.785 (11.008) 6,67%	156.777	166.818 (8.349) 5,00%
Total	395.727 (11.008) 2,78%	384.719	261.581 (8.349) 3,25%
			253.232

7.2. Movimentação PCLD:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	—
(—) adições	(5.728)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(8.349)
(—) Saldos adicionados de empresas adquiridas	(2.659)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(11.008)

8. CRÉDITO DE CARBONO

A operação de disposição final de resíduos em aterro sanitário envolve processos bioquímicos de decomposição da matéria orgânica, resultando na produção de chorume e biogás, que apresenta em sua composição de 50% a 60% de gás metano, produto com alto poder calorífico e que pode ser utilizado como combustível para a produção e energia elétrica ou térmica. A controlada Ciclus, por meio de sua unidade de tratamento de resíduos (CTR-Rio), registrado na United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) o projeto de redução de emissões de gases de efeito estufa. O objetivo do projeto é reduzir a emissão de gás metano produzido no aterro, gerando créditos de carbono. Os créditos gerados são comercializados no mercado. As receitas são reconhecidas apenas quando da efetivação do recebimento. O processo de auditoria e validação dos créditos gerados para emissão das Reduções Certificadas de Emissões (RCE) é efetuado por empresa credenciada pela UNFCCC. A validação da receita oriunda do crédito de carbono ocorre após o recebimento do Certificado RCE, emitido pelo agente verificador da UNFCCC. Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Ciclus possui 1.630.687 RCEs, certificados e homologados disponíveis para venda, referentes aos créditos de carbono gerados nos exercícios de 2018 até outubro de 2019, mas emitidos somente durante o primeiro semestre de 2021. A companhia possui ainda um saldo líquido de 34.184 RCEs referente ao exercício de 2017. Os créditos de carbono gerados no período de 05 de outubro de 2019 até dezembro de 2020 estão em processo de auditoria e os créditos de 2021 e 2022 ainda serão submetidos a auditoria em 2022. O estoque líquido de créditos não certificados de 05 de outubro de 2019 até dezembro de 2022 é de 1.279.557 RCEs. A Companhia não efetuou venda de crédito de carbono em 2022.

	RCEs certificados	RCEs não certificados
	34.184	—
	1.630.687	—
	2.944.428	—

9. ESTOQUES

Os estoques mantidos pela Companhia se referem substancialmente a saibro, mantas, geomembrana, geocomposto bentonítico e outros itens para manutenção das estações de tratamento de chorume, e da operação do aterro.

	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Materiais de uso e consumo	6.914	6.310	
Total	6.914	6.310	

Os estoques são compostos por itens de material de consumo, peças e insumos que são utilizados na operação do aterro e nas ETRs. Em 31 de dezembro de 2022, parte desse estoque no valor de R\$ 3.785 se referia a saibro para utilização nas células do aterro.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Composição do investimento: O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações anuais das investidas, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Participação em controlada	215.948	43.475
Ágio na aquisição de negócios	35.166	35.166
Mais-valia sobre imobilizado	10.701	13.712
Mais-valia sobre carteira de clientes	31.531	35.034
Mais-valia sobre provisão para demandas judiciais	(87)	(334)
Impostos diferidos sobre mais-valia	(14.287)	(16.460)
	278.972	110.593

Participação em controlada
Ágio na aquisição de negócios
Mais-valia sobre imobilizado
Mais-valia sobre carteira de clientes
Mais-valia sobre provisão para demandas judiciais
Impostos diferidos sobre mais-valia

11. IMOBILIZADO

As composições dos saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020		
	Apropriação mais-valia	Equivalência Patrimonial	
Contas a receber esperadas	% receber líquido	Contas a receber esperadas	% receber líquido
227.942	— 0,00%	227.942	94.763
Vencidos até 30 dias	— 0,00%	3.916	— 0,00%
Vencidos de 31 a 90 dias	5.221 (2.659) 92,97%	2.562	12.270
Vencidos de 91 a 180 dias	— 0,00%	4.467	25.252
Vencidos de 181 a 365 dias	14.932 — 0,00%	14.932	76.223
Vencidos acima de 365 dias	139.249 (8.349) 6,00%	130.900	53.073 (8.349) 15,73%
Total vencidos	167.785 (11.008) 6,67%	156.777	166.818 (8.

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS INFRA S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

14.1. Garantias contratuais: O contrato de operação em moeda estrangeira BIRD prevê as garantias relacionadas a seguir: (a) Vinculação de 100% da receita do Grupo CS Infra oriunda do contrato de concessão e dos direitos creditórios; (b) Penhor da totalidade das ações de emissão do Grupo CS Infra, de titularidade do acionista e representativas de 100% do capital social; (c) Emissão de uma nota promissória, pelo Grupo CS Infra, no valor de 100% do financiamento; e (d) Fiança fidejussória do acionista do Grupo CS Infra, representando a totalidade do saldo devedor do financiamento concedido. **14.2. Cláusula restritiva (covenants):** A Companhia tem compromisso de manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30, além de outras obrigações administrativas referentes ao empréstimo contratado junto à Caixa Econômica Federal (BIRD). Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu a meta estipulada contratualmente, além das demais exigências contratuais.

Os valores das debêntures incentivadas captados são na modalidade de "capital de giro" pela controlada Ciclus e contam com o aval da Simpar. As condições contratuais dessas operações estão demonstradas a seguir:

Ciclus	1ª Série		2ª Série		Emissão Total	Emissão 22/12/2021	Captação 28/12/2021	Vencimento 15/01/2031	Espécie Quirografárias	Valores e taxas Identificação ativo na CETIP CCLS11/21
	Valores	Taxa de juros efetiva	Valores	Taxa de juros efetiva						
1ª Emissão	450.000	IPCA + 6,67%	100.000	IPCA + 6,84%	550.000					

As Debêntures são de emissão simples, não conversíveis em ações, e de espécie Quirografária. Possuem cláusulas de compromissos de manutenção de índices financeiros calculados, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Simpar S.A. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia cumpriu os índices financeiros estipulados contratuamente. Definição dos índices financeiros da Simpar S.A. para fins de Covenants: "Dívida Financeira Líquida para fins de covenants" significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Avalista, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos da dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan); EBITDA Adicionado (EBITDA-A) para fins de covenants: significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciações, amortizações, impairment dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA-Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Avalista. "Despesa Financeira Líquida para fins de covenants financeiros" significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

15.1. Movimentação das debêntures

Debêntures no início do período

Juros pagos

Juros apropriados

Custo com transação apropriar

Novas Captações

Alocação da variação de hedge de valor justo

Debêntures no encerramento do período

Circulante

Não circulante

Total

15.2. Composição das parcelas de longo prazo

Ano

2024

2025

2031

Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021
416.699	—
(17.171)	—
68.777	709
(3.581)	(27.365)
100.000	450.000
(33.211)	(6.645)
531.513	416.699
14.172	709
517.341	415.990
531.513	416.699

Total

17. ATERRO SANITÁRIO - CUSTO DE ENCERRAMENTO

Os custos futuros para encerramento do aterro sanitário podem ser entendidos como um conjunto de medidas tomadas para remediação ambiental, visto que a Companhia tem obrigatoriedade sobre o solo e suas manutenções até 25 anos após o encerramento do contrato. a) **Constituição do passivo para custos futuros de encerramento do aterro sanitário:** Uma parte significativa dos custos operacionais e investimentos de capital pode ser caracterizada como custos de proteção e reparação ambiental. A natureza das operações da Companhia, especialmente no que diz respeito à construção, operação e manutenção do aterro sanitário, está sujeita a uma série de leis e regulamentos relativos à proteção ao meio ambiente. De acordo com as leis e regulamentos atuais, a Companhia pode ser responsabilizada por danos ambientais em decorrência da operação do aterro sanitário. Além da atividade de remediação exigida pelas autoridades ambientais. A determinação do método e do custo final de remediação requer várias estimativas e suposições que afetam os montantes registrados, bem como os respectivos aspectos de divulgação. Deve-se levar em consideração que o passivo de reparação ambiental é estimado quando é provável e razoavelmente estimável. Entretanto, essas estimativas e suposições dependem de eventos futuros, como desenvolvimentos tecnológicos, regulatórios, de fiscalizações e custos futuros. A provisão para remediação ambiental é objeto de revisão contínua, à luz de fatos e circunstâncias internos e externos relevantes, podendo resultar em revisões tanto para incrementar como para reduzir o valor registrado no balanço patrimonial. A performance do ativo na produção de biogás tem demonstrado um crescimento contínuo, que alia os investimentos para melhorar e ampliar a captação e sua viabilidade econômica, além dos novos investimentos para geração de energia elétrica, geraram uma nova estimativa de disponibilidade e aproveitamento de biogás ao longo dos anos, e desta forma, foi revisado o fluxo de caixa descontado dos custos de encerramento. Desta forma, em dezembro de 2022 a Companhia acumulou passivo de remediação ambiental registrado no balanço patrimonial de R\$ 6.993 (R\$ 105.024, em 2021). A variação de 2021 para 2022 teve como base estas novas estimativas de geração de biogás e seu aproveitamento econômico através de sua comercialização e também de geração de energia elétrica após o término do recebimento de resíduos, sendo capaz de custear o tratamento de chorume residual até sua extinção. Desta forma, a estimativa do custo provisionado para tratamento futuro do chorume foi revisada e alterada para melhor refletir a nova expectativa do negócio e visão da Companhia. Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos referentes ao encerramento do aterro sanitário, deve ser contabilizada como custo do empreendimento. No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para desmontagem e encerramento do aterro sanitário é considerado o custo total estimado para a desmontagem e o encerramento e o cronograma de desembolsos é descontado a uma taxa que representa o risco do passivo para descomissionamento. A provisão foi estimada a preços constantes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto real média de 6,23% a.a. para dezembro de 2022 (5,48% a.a. para 2021), formada pelo spread da NTN-B Principal na data de 31 de dezembro de 2022, com *maturity* mais próxima da data de término da atividade. Obrigações contratuais para reparos futuros ou manutenções.

31/12/2022 31/12/2021

9.693 105.024

15.2. Instrumentos financeiros derivativos: Swap de taxas de juros: A Companhia contratou swap de taxa de juros junto ao Banco BTG Pactual S.A. com termos críticos que são similares ao item protegido como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. Os valores de referência (*notional*) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2022, correspondem a R\$ 450.000, e o seu valor justo corresponde a R\$ 33.239 (R\$ 6.499 em 31 de dezembro de 2021). O objeto do hedge de valor justo foi a diferença entre a taxa de juros das debêntures (IPCA + 6,67% a.a.) e 119,95% do CDI. A seguir, sumarizamos os termos contratuais:

Contrato	Data início	Data fim	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap	28/12/2021	15/03/2031	IPCA + 6,67% a.a.	119,95% CDI

16. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	—	—	31.027	20.369
ICMS	—	—	457	2.022
IRRF	1	—	535	1.070
ISS	—	—	12.412	5.507
Outras	—	—	261	4.093
	1	—	44.692	33.061

18.2. Partes relacionadas - Consolidado: Em 31 de dezembro de 2022, os saldos com partes relacionadas são os descritos abaixo:

Ativo	Ativo		Passivo
	Dividendos e JCP a receber	Partes relacionadas a receber	
Partes relacionadas	585	—	—
Ciclus	—	25.604	—
Grãos do Piauí	—	—	—
CS Brasil	—	—	—
Simpar	—	—	—
Total	585	25.604	119.816
Circulante	585	25.604	119.816
Total	585	25.604	119.816

Ativo		Passivo	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber (nota 7)	19	—	14.988
31/12/2022	61	—	1.225
31/12/2021	39	—	—
31/12/2022	198	—	15
31/12/2021	65	119.816	3.142
31/12/2022	—	—	—
31/12/2021	—	—	—
31/12/2022	—	—	6.857
31/12/2021	—	—	427
31/12/2022	—	—	6
31/12/2021	—	—	—
31/12/2022	—	334	—
31/12/2021	—	—	101
31/12/2022	—	—	—
31/12/2021	—	—	—
31/12/2022	—	—	7.093
31/12/2021	—	—	302.550
31/12/2022	—	—	710
31/12/2021	—	—	—
31/12/2022	—	—	—
31/12/2021	—	—	—
31/12/2022	—	—	—
31/12/2021	—	—	—
31/12/2022	—	—	1.386.532
31/12/2021	—	—	1.400.611
31/12/2022	—	—	1.414.888
31/12/2021	—	—</	

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS INFRA S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

exigida (conforme tabela abaixo) excluindo-se as cargas que a sociedade é autorizada a movimentar, mas que não são incluídas dentre aquelas exigidas a título de movimentação mínima exigida.

Ano do arrendamento	Movimentação mínima exigida de complexo de soja (quilo tonelada - kt)
Ano 1	—
Ano 2	—
Ano 3	—
Ano 4	164
Ano 5	331
Ano 6	510
Ano 7	699
Ano 8	717
Ano 9	737
Ano 10	756
Ano 11	768
Ano 12	780
Ano 13	792
Ano 14	804
Ano 15	816

A movimentação dos valores a pagar ao poder concedente durante o exercício de 2022 está demonstradas a seguir:

Obrigações com o poder concedente no início do exercício

	Saldo adicionado por aquisição de empresas	461.634	Consolidado	31/12/2022
Passivo de arrendamentos no encerramento do período		461.634		
Circulante		20.671		
Não circulante		440.963		
Total		461.634		

21. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora	31/12/2022	Consolidado	31/12/2022
Provisão de férias e 13º salário	—	1.376	541	
Salários	8	2.726	2.087	
INSS	3	838	205	
FGTs	—	189	60	
Outros	—	3	1	
Total	11	5.132	2.894	

22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

O Grupo CS Infra é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, o Grupo CS Infra realiza análise das demandas judiciais pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, para aquelas com expectativa de perda provável. O Grupo CS Infra possui depósitos judiciais correlacionados às contingências trabalhistas e cíveis. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as requisições judiciais a fim de possibilitar que o Grupo CS Infra ingresse e continue com as ações legais. Eles estão classificados no ativo não circulante até a decisão judicial dos resgates destes pelo reclamante, ou pelo Grupo CS Infra em caso de desfecho favorável a ele. Em 31 de dezembro de 2022, os depósitos judiciais do Grupo CS Infra totalizavam R\$ 3.381.

	Depósitos judiciais	31/12/2022	Provisões	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ambientais	—	—	150	150
Trabalhistas	448	525	239	1.238
Cíveis	2.933	—	—	—
Tributárias	—	—	87	334
Total	3.381	525	326	1.722

Trabalhistas: A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais que reclamam indenizações por horas extras, adicional de periculosidade, de insalubridade e acidentes de trabalho. **Ambientais:** O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) 06/2017 foi assinado com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) em outubro de 2017. O TAC originou-se do extravasamento de chorume para canal externo, após fortes chuvas, em fevereiro de 2016. Imediatamente ao tomar conhecimento do extravasamento, a Ciclus executou ações corretivas, como o direcionamento de caminhões vácuo e a construção de dique de contenção, impedindo assim a continuação do fluxo identificado e a sucção do volume retido. Foi retirada a camada superficial de solo nas margens e no fundo do canal com o intuito de remover todo o material que possivelmente teve contato com chorume, eliminando qualquer impacto/dano. Foram adotadas ações contingenciais imediatas, sem a pretensão de esgotar todas as medidas que futuramente foram definidas por meio do TAC. • Disponibilização de um segundo gerador na elevatória; • Elevação da parede da elevatória; • Implantação de uma lagoa de acumulação ao lado da elevatória como contingência; e • Instalação de sensor de condutividade e de comporta no canal interno. O TAC foi encerrado em outubro de 2020, e o plano de ação previsto foi executado. Contudo, em abril de 2021, assinamos o primeiro termo aditivo ao TAC 06/2017, que prorrogou seu prazo de vigência até abril de 2022, alterou a ação prevista do projeto socioambiental e oficializou o atendimento e a conclusão das demais ações previstas pela Ciclus. O montante total do compromisso ambiental assinado em abril de 2021 foi de R\$ 600, que já estava previsto no TAC anterior e anteriormente provisoriamente. A Administração acredita que essa provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, e suas movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.238	150	334	1.722
Constituição	25	—	—	25
Reversão	(1.024)	(150)	(247)	(1.421)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239	—	87	326

22.1. Processos possíveis: O Grupo CS Infra tem ações de natureza cível, tributária e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possível para as quais não há provisão para contingências constituidas.

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	2.976	2.800
25	871	806
127	127	127
3.935	2.128	
1.949	1.004	
Total	9.858	6.865

O Grupo CS Infra tem processos com probabilidade de perda possível. Os principais são destacados a seguir: (a) **Receita Federal:** Retificação da sua DCTF do período de dezembro de 2017 para retratar o reconhecimento da perda no recebimento de créditos, que diminuiu o valor da estimativa mensal de IRPJ e de CSLL a ser recolhido no referido período de apuração. Com a redução do valor dos tributos, o processamento da DCTF retificadora foi sobreposto em virtude da existência de "débitos em análise devido a provável inconsistência". O Grupo CS Infra, na sequência, esclareceu que a retificação da sua DCTF e a redução do valor dos tributos em questão decorre do reconhecimento da perda mencionada, o que levou à instauração de processo administrativo. A Receita Federal do Brasil indeferiu o processamento da retificação da DCTF, com a cobrança dos respectivos débitos gerados, razão pela qual o Grupo CS Infra apresentou impugnação para suspender a exigibilidade da cobrança. Esse processo está sendo avaliado pelo montante de R\$ 792. Já foi apresentada manifestação de inconformidade contra o despacho decisório proferido pela autoridade administrativa, por meio do qual não foram homologadas as compensações declaradas via PER/DCOMPs nº 36679.73509.110815.1.3.04-7995, 42413.13218.200815.1.3.04-5828, 27362.10425.260815.1.3.04-6960. Já foi apresentado manifesto de inconformidade juntamente à RFB. Esse processo está sendo avaliado pelo montante de R\$ 709. (b) **Sefaz - Rio de Janeiro:** Auto de infração de cobrança de multa formal no montante de R\$ 677, por suposta emissão incorreta de nota fiscal de venda. Julgamento da impugnação convertida em diligência. A Companhia protocolou impugnação às autuações. **Ambiental:** Ação civil pública ajuizada sob alegação de irregularidades ambientais no licenciamento, instalação e operação da ETR Jacarepaguá. Esse processo está sendo avaliado pelo montante de R\$ 541. A empresa já efetuou manifestação e disponibilização de todos os documentos necessários. (c) **Danos morais:** Existem dois processos de igual teor em face da Ciclus, 1º ré, e da Comlurb, 2º ré. Os autores alegam, em síntese, que a 1º ré mantém instalação atrás do muro de sua residência, na qual armazena e manipula lixo urbano. Aduzem que há um "odor insuportável que provém da ré, além da grande proliferação de insetos no imóvel, sem falar na poluição sonora, posto que a empresa recebe caminhões de grande porte e manipula maquinários pesados que emitem um som extremamente alto, todos os dias da semana, em qualquer horário (dia e noite), sem ao menos respeitar o horário da madrugada, domingos e feriados (...). Esse processo está sendo avaliado pelo montante de R\$ 566. Todos os documentos foram entregues e o Grupo CS Infra está aguardando o julgamento da apelação. (d) **Ação Indenizatória - Dano moral e material:** Processo referente ao acidente de trânsito fatal na BR 101, na altura do Km 393 em 07/2018. Tem como ré a Ciclus e a JSL, sendo o caminhão de propriedade da JSL a serviço da Ciclus. Esse processo está sendo avaliado pelo montante de R\$ 530 e aguarda julgamento do agravo de instrumento interposto pelas rés quanto à denúncia da lide. (e) **Trabalhistas:** Existem 21 processos de ex-funcionários e de funcionários de subcontratados para os quais a empresa protocolou impugnação. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, estima que o risco de perda dos processos é possível e, por esse motivo, não registrou qualquer provisão para eles.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

23.1. Conciliação da despesa do crédito do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora	31/12/2022	Consolidado	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	72.452	57.125	79.845	92.814
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes	(24.634)	(19.423)	(27.147)	(31.557)
Total	47.818	37.702	52.698	61.257

23.2. Composição da movimentação dos impostos diferidos na controladora: Na controladora, as mais-valias decorrentes da aquisição da controlada Ciclus Ambiental do Brasil S.A. estão reconhecidas contabilmente no saldo de investimentos, conforme demonstrado na Nota 9 e são apropriadas ao resultado conforme os critérios descritos nas Notas 10 e 11. O impacto no resultado da controladora (e consequentemente no consolidado) e o respectivo impacto na despesa de imposto de renda diferido está demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	3.011	3.230
3.503	3.503	
(247)	(3.512)	
Total	(2.174)	(1.095)

23.3. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R\$ 20.591 referem-se aos créditos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	31/12/202
--	--------------	-----------

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS INFRA S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

e conforme a Interpretação Técnica ICPC12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, as mudanças no Passivo serão adicionadas ou deduzidas do respectivo ativo no período corrente. Se o valor a ser deduzido do custo do ativo exceder seu valor contábil, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado.

29. ACERVO LÍQUIDO DE CAIXA DA AQUISIÇÃO DE EMPRESAS CONTROLADAS

Os saldos patrimoniais que passaram a ser consolidados em virtude de aquisição de participação estão demonstrados a seguir:

	ATU 12	ATU 18	Grãos do Piauí	Total
Titulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	584	10.943	—	11.527
Contas a receber	8.992	1.883	22.705	33.580
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	409	414	18	841
Despesas antecipadas	1.191	626	589	2.406
Adiantamentos a terceiros	4.332	128	3.100	7.560
Outros créditos	4.371	1.633	30	6.034
Depósitos judiciais	2.933	—	—	2.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.504	225	1.326	3.055
Imobilizado	2.839	159	3.360	6.358
Intangível	406.514	96.868	49.254	552.636
Fornecedores	(5.267)	(1.093)	(7.301)	(13.661)
Empreéstimos e financiamentos	—	—	(9.961)	(9.961)

DIRETORIA

Fernando Antonio Quintas Alves Filho - Diretor Presidente

Rodrigo Pinheiro Andrade - Diretor Financeiro

CONTADOR

Ricardo Ortega - CRC 1SP 321058/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas CS Infra S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CS Infra S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CS Infra S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Infra S.A. e da CS Infra S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

Obrigações com o poder concedente
Obrigações sociais e trabalhistas
Tributos a recolher
Partes relacionadas
Outras contas a pagar

Total

	ATU 12	ATU 18	Grãos do Piauí	Total
Obrigações com o poder concedente	(378.907)	(82.727)	—	(461.634)
Obrigações sociais e trabalhistas	(811)	(138)	(682)	(1.631)
Tributos a recolher	(1.222)	(314)	(634)	(2.170)
Partes relacionadas	—	—	(7.284)	(7.284)
Outras contas a pagar	(3.362)	(5.252)	(320)	(8.934)
Total	44.100	23.355	54.200	121.655

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

30.1 Captação de empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste pelas controladas ATU 12, ATU 18 e Grãos do Piauí: Em 30 de janeiro de 2023, 03 de fevereiro de 2023 e 14 de março de 2023 houve a liberação da primeira parcela do financiamento contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para viabilizar as atividades e melhorias necessárias para o cumprimento dos contratos de concessão das controladas ATU 12, ATU 18 e Grãos do Piauí, nos montantes de R\$ 29.928, R\$ 54 e R\$ 11.020, respectivamente. **30.2 Liquidação de nota promissória:** Em 10 de fevereiro de 2023, a Ciclus efetuou a liquidação antecipada da nota promissória no montante de R\$ 132.820. **30.3 Recebimento antecipado acordo Comilurb:** No dia 20 de janeiro de 2023, a Comilurb efetuou o pagamento antecipado das parcelas do termo aditivo firmado em setembro de 2022 no montante de R\$ 33.246, sendo 29.938 de principal e R\$ 3.307 de juros. **30.4 Início da Operação pedagiada na Rodovia Grãos do Piauí:** Publicado no diário oficial do dia 17 de maio de 2023 a autorização e iniciado a cobrança de pedágio na praça P1 no dia 19 de maio de 2023.

DIRETORIA

Fernando Antonio Quintas Alves Filho - Diretor Presidente

Rodrigo Pinheiro Andrade - Diretor Financeiro

CONTADOR

Ricardo Ortega - CRC 1SP 321058/O-4

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 29 de junho de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora - CRC 1SP222241/O-0

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>